

Somos Professores,
damos rosto ao futuro
Por uma profissão
socialmente responsável, coesa e
solidária

Os desafios educacionais priorizados pela sociedade do século XXI, em função de metas de justiça e de cidadania cada vez mais ambiciosas, complexas e exigentes, justificam o reforço da aposta pública em torno da qualificação das escolas e da melhoria de condições de exercício da docência. Uma democracia saudável carece de instituições escolares estimadas, respeitadas e pedagogicamente consistentes, onde os professores possam exercer a sua autoridade profissional em ambiente de liberdade, responsabilidade e respeito.

Neste sentido e na defesa de uma profissão autónoma, coesa e solidária, os delegados ao 10º Congresso Nacional de Professores reafirmam os valores de profissionalidade que sustentam o compromisso social dos professores, rejeitando firmemente:

1. As medidas de política educativa de carácter economicista e burocratizante que, descaracterizando e reduzindo a função docente a uma actividade meramente instrumental, promovem a desqualificação dos processos educativos, pondo em causa as condições de educação e formação dos portugueses.

2. As tentativas de manipulação e controlo da profissão subjacentes às propostas de criação de associações públicas como as Ordens que, visando minar a legitimidade dos Sindicatos enquanto estruturas representativas da classe, obscurecem a sua memória identitária, atentando contra a coesão e a autoridade social dos professores.

3. Os discursos socioprofissionais que, evidenciando uma imagem negativa da classe docente e circunscrevendo os imperativos morais da profissão à existência de mecanismos ditos de «auto-regulação», obscurecem e comprometem os valores de exigência ética que caracterizam e definem a responsabilidade profissional dos professores.

Os delegados ao 10º Congresso Nacional de Professores reafirmam ainda a importância do património histórico que a FENPROF e os seus sindicatos herdaram das várias associações de professores que existiram em Portugal desde os finais da Monarquia até ao 25 de Abril: a existência de estruturas de representação da classe que associam a defesa dos interesses socioprofissionais a preocupações com a qualidade da educação, assumindo-se como proponentes de ideários, de valores e de projectos educacionais e profissionais.

Aprovada por unanimidade